

A GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL SOBRE O MEIO AMBIENTE URBANO: A EXPERIÊNCIA DO PROJETO VILA-BAIRRO EM TERESINA, PI

Élida Maria Cardoso de Brito e Mascarenhas

– Mestranda UFPI/PRODEMA

Antonia Jesuíta de Lima

– Orientadora UFPI/PRODEMA

INTRODUÇÃO

A intensificação dos problemas urbanos e a necessidade de adaptar as políticas federais e estaduais à realidade local, fez com que gestores municipais adotassem práticas inovadoras de gestão urbana. Assim, os governos locais influenciados, sobretudo, pela Agenda 21, cuja idéia principal é a construção de um plano de ação e de um planejamento participativo capazes de promover o desenvolvimento sustentável nas cidades, passaram a desenvolver propostas voltadas para a promoção da sustentabilidade do meio urbano, através da inserção da dimensão ambiental nos seus planos de desenvolvimento.

Nesse sentido, podemos dizer que os caminhos que a administração municipal de Teresina, capital do Piauí, vem traçando, se enquadra nesse novo contexto sócio-político, onde os gestores locais estão, frequentemente, buscando novas formas de enfrentar os problemas urbanos, observando, de um lado, a sustentabilidade ambiental e, de outro, as condições socioeconômicas de sua população, através da criação de mecanismos que, de alguma forma, estabeleçam um contato maior com a realidade urbana.

Destacamos, desse modo, o Projeto Vila-Bairro, desenvolvido no período de 1997 a 2004, durante as duas gestões do ex-prefeito Firmino Filho, como uma tentativa de inovação no que se refere à gestão urbana de Teresina, pelo fato de representar uma transformação urbanística estrutural de grande visibilidade, tendo sua estrutura de gestão baseada numa abordagem multisetorial e integrada. Segundo Lima (2005, p.15), a gestão de Firmino Filho, apesar de dar continuidade à política do governo que o antecedeu – priorizando as necessidades imediatas das classes de baixa renda - se diferencia das gestões anteriores, por seu caráter estratégico e de grande impacto no espaço urbano.

A partir desse contexto, a presente pesquisa objetiva analisar, portanto, como o poder público municipal responde à problemática ambiental urbana de Teresina, através da avaliação do desempenho ambiental do Projeto Vila-Bairro, no que diz respeito ao uso dos instrumentos de gestão ambiental, durante a elaboração e execução do projeto, e à obediência a parâmetros de sustentabilidade urbana.

A AÇÃO AMBIENTAL DO MUNICÍPIO

O estudo da política ambiental em nível internacional e nacional, não é recente. Para Ferreira e Siviero (1996), entretanto, este tipo de estudo em nível local ainda é bastante recente. Apesar dos diversos argumentos a favor da ação no nível municipal, tais como um “melhor tratamento dos problemas e necessidades locais por meio de um governo mais sensível às demandas, interesses e necessidades locais; a proteção da sociedade contra a excessiva centralização e concentração de poder; e as maiores chances de participação pública no processo decisório” (LITTLE, 2003, p.65), os governos municipais ainda se encontram insuficientemente preparados para agir localmente de forma efetiva.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988, de acordo com Santos e Pires (1996, p.88) valorizou o papel do município, frente às demais esferas de poder e atividade do planejamento urbano, a qual, nas últimas três décadas, vem sendo abordada sob diferentes formas. Destacam-se, entre elas, “a elaboração de planos diretores da cidade, o planejamento local integrado e os planos de desenvolvimento com participação da comunidade” (OLIVEIRA apud SANTOS & PIRES, 1996, p.88). A concepção do plano diretor como instrumento básico da política de desenvolvimento urbano, atribuído de uma função social, cujo objetivo é garantir o bem-estar dos habitantes de uma cidade, foi uma exigência constitucional que fez com que, grande parte dos municípios brasileiros começasse a desenvolver experiências no sentido de atender a esse requisito e, ao mesmo tempo, propor práticas inovadoras de gestão urbana.

A descentralização da gestão, porém, não foi acompanhada do aumento da capacidade técnica, administrativa e financeira dos municípios. Se torna difícil, desta forma, desenvolver uma política ambiental que atenda às necessidades locais e, ao mesmo tempo, seja compatível com as políticas definidas nos níveis superiores de governo. Além disso, segundo Ramos (2001, p.116), “na tradição da política brasileira (...), as prefeituras sempre estiveram sob o domínio das oligarquias regionais” e a gestão municipal, submissa à interesses elitistas é orientado por um “único ‘projeto de

desenvolvimento’, baseado em dois elementos: ‘o uso privado dos equipamentos e serviços públicos em proveito próprio e de seus pares; e a manutenção de seu eleitorado cativo” (CACCIO-BAVA apud RAMOS 2002, 16).

A articulação das normas legais que regulam a ação dos três entes federativos, nesse sentido, é fundamental para que os mecanismos de gestão disponíveis à gestão municipal sejam utilizados em favor de uma política ambiental efetiva. De acordo com Little (2003, p.67), a “lei complementar que define as normas de cooperação entre os entes federativos é uma das principais lacunas relativas à área de meio ambiente”. Para ele, é importante que o município desenvolva suas “vocações específicas para que a proteção ao meio ambiente possa se fazer de maneira integrada e harmônica”. Apesar do vasto arcabouço legislativo que ampara a ação ambiental verifica-se, entretanto, um “aumento na tensão e conflito entre estados e governos locais sobre questões de uso prioritário e autonomia decisória. Em cada caso, a questão da implementação das políticas esbarra nos conflitos entre os diferentes níveis de governos e, principalmente, entre os diversos atores envolvidos” (FERREIRA & SIVIERO, 1996, p.64).

Quanto à classificação dos diversos instrumentos tradicionais de gestão ambiental urbana, Ribeiro e Vargas (2004, p.13) afirmam que estes

apresentam quatro formatos distintos: os *normativos*, que incluem as legislações de uso e ocupação do solo, a regulamentação de padrões de emissão de poluentes nos seus diversos estados – líquido, sólido e gasoso -, dentre outros; os de *fiscalização e controle* das atividades para que estejam conformes às normas vigentes; os *preventivos*, caracterizados pela delimitação de espaços territoriais protegidos (parques e praças), pelas avaliações de impacto ambiental, análises de risco e licenciamento ambiental; e os *corretivos*, que se constituem nas intervenções diretas de implantação e manutenção de infra-estrutura de saneamento, plantio de árvores, formação de praças, canteiros e jardins, obras de manutenção, serviços de coleta de resíduos etc.

Podemos destacar, dentre os instrumentos de gestão ambiental:

- O Estatuto da Cidade, regulador do uso da propriedade urbana voltado para o equilíbrio ambiental, através de mecanismos como as operações urbanas consorciadas¹ e o estudo de impacto de vizinhança² (EIV);
- O Plano Diretor Municipal, instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana, que deve ser atualizado a cada dez anos;
- A Ação de Responsabilidade Civil por Danos Ambientais;

¹ Operações urbanas consorciadas são um conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo poder público municipal que objetivam alcançar, em uma determinada área, transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e valorização ambiental.

² Estudo de Impacto de Vizinhança é um estudo através do qual se obtém licenças ou autorizações de construção, ampliação ou funcionamento a cargo do poder público municipal.

- A Ação Civil Pública Ambiental;
- Os Conselhos Municipais de Meio Ambiente, órgão consultivo e deliberativo;
- A Agenda 21 Local; e
- O Zoneamento ecológico-econômico.

Em grande parte dos municípios brasileiros, contudo, “a legislação urbanística resume-se aos códigos de obras, de postura e tributários, muitas vezes desatualizados” (SANTOS & PIRES, 1996, p.89). Por isso, para Vargas (2004, p.14) a “inclusão de ‘novos instrumentos’ como a educação, a comunicação, o marketing e a negociação ambientais” é importante para “aumentar a eficiência dos responsáveis pela gestão ambiental urbana, utilizando-os de forma complementar e integrada aos instrumentos tradicionais”. A gestão ambiental integrada, então, é introduzida a partir da percepção de que os problemas urbanos não podem mais ser definidos como apenas sociais ou ambientais, já que eles encontram-se interligados em vários níveis de atuação.

Percebe-se, agora, que as conseqüências da globalização sobre o meio ambiente agem justamente no cotidiano das cidades, e que a questão ambiental remete à todas as outras questões referentes à qualidade geral de vida. A visão de meio urbano, como parte integrante do ecossistema global, desta forma, “coloca em pauta a discussão de como garantir o desenvolvimento urbano sustentável” (FERREIRA & SIVIERO, 1996, p.63).

Nesse sentido, o tratamento voltado para “questões específicas, de forma integrada e sistêmica, tendo a dinâmica urbana como eixo de referência”, tem se apresentado, na última década, como inovador, segundo Ferreira e Siviero (1996, p.63). Em diversas cidades brasileiras, os problemas urbanos cotidianos têm levado os governos municipais a adotar práticas inovadoras e diálogo com outros setores da comunidade.

Os movimentos populares, nesse ponto, ao absorverem as questões socioambientais em suas plataformas de luta, contribuem para o avanço na compreensão da problemática urbana (FERREIRA & SIVIERO, 1996; MENEZES, 1996) ao mesmo

tempo que, associados à “inadequação das políticas, estratégias e recursos financeiros provenientes dos estados e da União” (LITTLE, 2003, p.87) contribuem também para exercer “pressão”, no sentido de que os municípios adquiram maior autonomia política, administrativa e financeira.

A CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE TERESINA

A cidade de Teresina começou a sofrer transformações espaciais significativas a partir da década de 1940, quando nas zonas norte e sul os bairros se multiplicavam. Já na década de 1950 o desenvolvimento da rede de transportes rodoviários e do setor de comunicações foi fundamental para o crescimento horizontal da cidade. Foram nas décadas seguintes, no entanto, que Teresina, vivenciou o impacto da urbanização agravado, principalmente, pela migração, não só do campo para a cidade, mas também de estados vizinhos.

Esse quadro que se configurou entre a década de 1960 e 1970, fez com que surgisse, assim, uma grande necessidade de elaboração de um plano que ordenasse o crescimento da cidade. Dessa forma, em 1969, foi elaborado o primeiro plano diretor de Teresina, denominado Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI), o qual estabelecia, dentre outras estratégias, a criação de áreas verdes por toda a cidade. Para Sales (2004, p.108), “o PDLI pode ser considerado avançado para a época pelo seu nível de preocupação com os aspectos paisagísticos da cidade”, apesar de praticamente não ter sido seguido, já que, além de não existir uma legislação urbanística que o subsidiasse, os custos para sua implantação eram muito elevados.

Com a configuração do que Maricato chama de “tragédia urbana” (MARICATO, 2001, p.22) comum a várias cidades brasileiras, foi preciso que o plano diretor passasse a incorporar outras preocupações, relativas à expansão urbana como, por exemplo, a densidade demográfica da cidade. Assim, o Primeiro Plano Estrutural de Teresina (I PET), elaborado em 1977, procurou estabelecer padrões de crescimento.

Entretanto, apenas com a reordenação do espaço urbano, marcada por desigualdades e conflitos sociais, demarcando “fronteiras socioespaciais dos diferentes segmentos da sociedade” (LIMA, 2003, p.43) é que as pressões exercidas por movimentos populares organizados fizeram com que, em 1987, fosse elaborado o Segundo Plano Estrutural de Teresina (II PET), o qual já procurou evitar a sobrecarga

dos dois rios que cortam a cidade, o Poti e o Parnaíba, e definiu setores urbanos, dentre os quais, estava o setor de proteção ambiental.

Na segunda metade da década de 1980 a construção de vários conjuntos habitacionais, o crescimento das cidades nas várias direções, e as lutas por moradia foram fatores que influenciaram a descentralização da dinâmica urbana, proposta no II PET, como forma de equilibrar o ritmo de crescimento e de regulamentar o uso e a ocupação do solo urbano, levando em consideração as camadas pobres da população e as restrições à ocupação na zona sul – zona de topografia acidentada e proteção de mananciais –, e na zona norte – zona com grande concentração de lagoas e sujeita à inundações. O deslocamento de interesses imobiliários para a zona leste, contudo, promoveu a desvalorização do centro da cidade, onde as praças e os calçadões transformaram-se em verdadeiros pontos de comércio ambulante.

Segundo Façanha (1998, p.170), a tendência relacionada à construção de conjuntos habitacionais da década de 1980 permanece na década de 1990. Há, entretanto, uma diferença que, de acordo com Lima (2003, p.44), delimita a passagem da década de 1980 para 1990, que é o fenômeno da verticalização. O agravamento dos conflitos urbanos, marcado pela multiplicação de vilas e favelas e dos prédios, promovendo o fenômeno da segregação socioespacial, fez com que surgisse, então, a necessidade de se atualizar o II PET, através da modificação das leis referentes ao uso e ocupação do solo urbano e à obras e edificações de Teresina (TERESINA, 1993a).

Tendo em vista esse ritmo de expansão urbana, o governo municipal de Teresina, em 1993, criou uma Lei Orgânica Municipal que estabelecia a divisão do território em administrações regionais (Norte, Centro, Sul, Leste e Sudeste), com o objetivo de “descentralizar a execução de obras e serviços de interesse local, de modo a garantir maior eficácia no atendimento às comunidades” (PMT apud VIANA, 2003, p.57).

Observa-se, portanto, que o processo de urbanização em Teresina está fortemente associado ao aumento das camadas pobres da população, à mudanças significativas na paisagem urbana, e à um dinamismo da economia, provocado pelo crescimento da classe social média, que é uma das principais responsáveis pelo aumento da demanda por imóveis residenciais, acompanhada pela expansão da infra-estrutura urbana, como transporte, energia elétrica, saneamento e outros. No que se refere ao aumento das camadas pobres da população, as quais se utilizam da estratégia de invasões de loteamentos, este processo, segundo Moraes (2004, p.109) contribui para a

“fragilização do planejamento municipal e para aumentar carga de impactos sobre o meio ambiente, principalmente os loteamentos situados em áreas de risco”. De acordo com o Censo de Vilas e Favelas (1999), 10,94% dos domicílios da periferia estão localizados em áreas sujeitas a alagamento, ou no leito da rua ou nas encostas de morros.

A GESTÃO DE FIRMINO FILHO E O PROJETO VILA-BAIRRO

Após a Constituição federal de 1988, foram trazidos à tona temas como a descentralização e a democratização da gestão, como uma forma de excluir, definitivamente, o modelo de gestão autoritário, burocrático e centralizador que vigorou até o fim do regime militar, em 1985. Durante esse percurso, Teresina, assim como diversas cidades brasileiras, passava por um processo acelerado de urbanização que, no final da década de 1980 e início da década de 1990, promove a redefinição do espaço urbano, através, principalmente, da proliferação de bairros e da incorporação de áreas da zona rural à malha urbana.

A administração do ex-prefeito Firmino Filho, à frente de duas gestões, no período de 1997 a 2004, se deu, portanto, nesse contexto onde a expansão urbana, acompanhada da deterioração da qualidade geral de vida das camadas mais pobres da população, foi o foco principal de atuação deste governo. Já no plano de governo de sua primeira gestão (1997-2000), este gestor, define como diretrizes essenciais para o atendimento das prioridades do município a universalização do ensino com qualidade, a municipalização da saúde, a implantação do orçamento popular – visando a consolidação da parceria entre sociedade civil e governo municipal -, a modernização administrativa – visando a eficácia dos serviços públicos prestados pela prefeitura, a qualidade do meio ambiente urbano, a execução da política de parcelamento, uso e ocupação do solo urbano e a minimização dos efeitos do acelerado fluxo migratório, dentre outras. (TERESINA, 1997a)

Para implementar esse plano, foram definidos, então, eixos de atuação, dos quais destacam-se os programas especiais, sob a coordenação da Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral (SEMPPLAN) que, segundo Lima (2005, p.15) diferenciam esta gestão das anteriores, por seu caráter estratégico e de grande impacto no espaço urbano. A responsabilidade da SEMPLAN seria, nesse sentido, realizar o planejamento global de Teresina a curto, médio e longo prazo, realizar o planejamento para o

desenvolvimento econômico, realizar a coordenação geral das ações do governo municipal, conceber e implantar programas de ação com uma necessidade maior de integração e articulação entre os diversos órgãos municipais, realizar estudos necessários ao desenvolvimento das ações municipais, e conceber um banco de dados com indicadores e informações sobre o município de Teresina (TERESINA, 1997a).

Dentro desse contexto, o Projeto Vila-Bairro, surgiu como a principal proposta deste governo com a finalidade principal de integrar áreas pobres à cidade, por meio da inserção de serviços básicos de infra-estrutura nas vilas e favelas. Sua concepção teve como principal objetivo combater a pobreza urbana, como ponto fundamental no tratamento da problemática urbana de Teresina. Segundo o Relatório da Oferta (TERESINA, 2000, p.36), foi a partir da percepção, por parte do poder público municipal, de que as medidas de intervenção em “áreas de maior pobreza urbana eram, até 1996, concebidas de forma isolada e voltadas para resolver as demandas sociais mais imediatas, como é o caso das ações de regularização fundiária” e que esse tipo de intervenção era pouco eficaz frente às condições de vida da população, que surgiu “a necessidade de se conceber uma proposta multissetorial na qual as ações pudessem ocorrer de forma integrada e sistematizada.”

Nesse sentido, um ponto a destacar em relação à esse projeto diz respeito à estrutura de gestão adotada a partir de sua “abordagem multissetorial integrada”, buscando a descentralização da gestão, dotando as secretarias municipais (Unidades Executoras – UE’s) de responsabilidades, mas, ao mesmo tempo, deixando-as subordinadas à Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral, sede da Unidade Técnica Central (UTC). O Projeto Vila-Bairro, dessa forma, concentrou boa parte das atividades dos órgãos municipais.

Os efeitos da primeira gestão de Firmino Filho, dessa forma, podem ser visualizados a partir dos dados do Censo de Vilas e Favelas de Teresina de 1996 e 1999, os quais revelam uma diminuição significativa no crescimento de vilas e favelas. Esses dados permitem, segundo Rodrigues Neto (2005, p.39), que o governo municipal argumente que “esse decréscimo é resultante de ações que buscam responder às demandas postas pelos movimentos sociais, sobretudo, pelos movimentos de luta por moradia.”

Quanto à segunda gestão, de 2001 a 2004, é preciso ressaltar que houve uma descentralização dos serviços de habitação, urbanismo e meio ambiente, com a criação das Superintendências de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (SDU’s) em cada

uma das grandes regiões, assim divididas atualmente: Centro/Norte, Sul, Leste e Sudeste. Do ponto de vista da gestão urbana, o Projeto Vila-Bairro assume, portanto, grande importância já que muitas das ações que deveriam ser realizadas pelos órgãos municipais foram, no período de 1997 a 2004, executadas por meio desse projeto. Além disso, este projeto, em sua proposta de intervenção urbanística, pretende promover mudanças no espaço urbano, a partir das quais as condições de vida da população devem ser melhoradas. Os instrumentos de gestão ambiental, hoje vistos sob uma perspectiva “urbano-sócio-ambiental” (MENEGAT & ALMEIDA, 2004), desse modo, desempenham um importante papel dentro desta proposta.

Entretanto, apesar do projeto incluir ações de infra-estrutura comunitária, tais como escolas e praças; ações educativas, tais como educação ambiental; e ações de geração de emprego e renda, as ações de infra-estrutura física foram as ações mais priorizadas na proposta original do Projeto Vila-Bairro, em termos de investimentos. Dentre elas, as ações que se destacaram foram a melhoria habitacional, a pavimentação poliédrica e a construção de unidades sanitárias. Observou-se que, embora no Projeto Vila-Bairro esteja presente a proposta de promover o desenvolvimento sustentável nos assentamentos, os dados obtidos, no período de 1997 a 2004, demonstram que a execução deste projeto esteve bastante voltada para atividades de ordenamento físico das áreas-foco.

Por fim, observou-se ainda que a implementação do projeto, bem como seus objetivos sociais e sua dinâmica de intervenção, ficaram, de acordo com Lima (2005, 25), “submetidos à liberação de recursos externos e a critérios técnicos das instituições financeiras, o que expunha a vulnerabilidade do município para levar a cabo propostas de largo alcance, tanto do ponto de vista quantitativo, quanto do ponto de vista qualitativo.” Os recursos previstos para serem aplicados no PVB, dessa forma, ficaram comprometidos e os recursos aplicados, de fato, acabaram por estarem aquém do planejado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A implementação do Projeto Vila-Bairro, do ponto de vista do enfrentamento dos problemas urbanos, apontou, de certa forma, para uma mudança na gestão urbana de Teresina, contrária ao modelo tradicional de gestão pública, caracterizado, segundo Rodrigues Neto (2006), como autoritário, burocrata e centralizador. Intervenções urbanísticas dessa natureza, no entanto, precisam ser reavaliados a partir das dificuldades existentes ao se estabelecer prioridades, frente às diversas demandas do meio urbano, e a partir da visão que o poder público tem dos problemas ambientais urbanos, no sentido de que não se recaia numa visão ultrapassada de sustentabilidade, na qual os problemas ambientais são diferenciados dos problemas sociais.

A preferência dada às ações de infra-estrutura física, reflete o enfoque dado à inserção de um padrão mínimo de urbanização nas vilas. Mas, por outro lado, reflete também que a gestão ambiental urbana ainda se encontra limitada à ações que tenham resultados imediatos. Para alguns estudiosos, como Ferreira e Siviero (1996), os governos municipais, embora tenham, de certa forma, avançado na compreensão da problemática urbana, ainda continuam despreparados para lidar com problemas ambientais locais, mantendo, em grande parte, o modelo tradicional de gestão, desenvolvido nos anos de 1960 e 1970, onde, segundo Santos e Pires (1996, p.88) instrumentos como Planos Diretores, Planos de Desenvolvimento Local Integrado e Planos de Desenvolvimento com Participação da Comunidade, continuam sendo tratados como “instrumentos tecnocráticos para obtenção de financiamentos, sem rebatimento na realidade do planejamento e da gestão municipal”.

Não é fácil, contudo, conciliar as demandas populacionais às diretrizes político-administrativas, ao arcabouço jurídico-político em que se insere o planejamento urbano, visto que trata-se de conciliar interesses diversos e que planos de desenvolvimento urbano exigem a intermediação do poder público em seus diversos níveis de atuação.

Por fim, pretende-se, ao final desta pesquisa, contribuir para uma reflexão das teorias e práticas capazes de proporcionar um novo entendimento do conceito de

sustentabilidade, onde esta não é apenas uma nova tecnologia que permite a permanência do atual modelo de desenvolvimento capitalista, mas sim o estabelecimento de uma nova relação entre humanidade e meio natural, na qual as atividades humanas estejam regidas por preceitos que situem a questão ambiental, como uma questão referente à todas as outras questões que remetem à qualidade de vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- FAÇANHA A. C. **Evolução Urbana em Teresina**: agentes, processos e formas espaciais da cidade. Dissertação. Mestrado em Geografia. Departamento de Geociências da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 1998;
- FERREIRA, Leila da C.; SIVIERO, Simone de O. Ambiente e Cidades: em direção a uma nova agenda. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 10, n. 3, p. 60-70, jul/set, 1996;
- LIMA, Antônia Jesuíta de. **As multifaces da pobreza**: forma de vida e representações simbólicas dos pobres urbanos. Teresina: Halley, 2003;
- _____, _____. Cidades, novas práticas estatais e o processo de segregação sócioespacial. In: SBS – CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, XII. 2005, Belo Horizonte, Cidades, novas prática estatais e o processo de segregação sócioespacial. Belo Horizonte: GT01 – B – **Cidades: transformações, governança e participação** – II. Resumo. p.1-29;
- LITTLE, Paul E (org). **Políticas ambientais no Brasil**: análises, instrumentos e experiências. São Paulo: Petrópolis; Brasília, DF: IIEB, 2003;
- MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades**: alternativas para a crise urbana. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001;
- MENEGAT, Rualdo; ALMEIDA, Gerson. (orgs.) **Desenvolvimento sustentável e gestão ambiental nas cidades**: estratégias a partir de Porto Alegre. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004;
- MENEZES, Claudino Luz. **Desenvolvimento urbano e meio ambiente**: a experiência de Curitiba. Campinas, SP: Papirus, 1996;
- MORAES, Adolfo Martins de; **Capacidade de uso da terra no município de Teresina**: elementos para uma política de conservação dos recursos naturais. Dissertação. Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal do Piauí, 2004;

- RODRIGUES NETO, Edmundo Ximenes. **Governo Municipal e Movimentos Sociais na gestão da moradia em Teresina**: um exame das experiências das vilas Alto da Ressurreição e Irmã Dulce. Dissertação. Mestrado em Políticas Públicas, Universidade Federal do Piauí, 2006;
- PACHECO, R. S.; LOUREIRO, M.R.; FINGERMANN, H.; AMARAL, H.K. do; MAC DOWELL, S. Atores e Conflitos em questões ambientais urbanas. In: **Espaço e Debates**: Revista de Estudos Regionais e Urbanos. São Paulo: Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos, Nº35, ano XII, 1992.
- RAMOS, Maria Helena Rauta (org.). **Metamorfoses sociais e políticas urbanas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002;
- RIBEIRO, Helena; VARGAS; Helena Comin (orgs.). **Novos Instrumentos de Gestão Urbana**. 1ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004;
- SALES, Maria do Socorro Teixeira Mello. **Educação ambiental**: a preservação do verde na zona urbana de Teresina-PI. Dissertação. Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal do Piauí, 2004;
- SANTOS, Sarah Maria Monteiro dos; PIRES, Maria Conceição Silvério. O município e a gestão urbana: novas exigências. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 10, n. 3, p. 60-70, jul/set, 1996;
- VIANA, Bartira Araújo da Silva. **A verticalização em Teresina**: sonho de muitos e realidade de poucos. Monografia. Especialização em Pesquisa para o Ensino de Geografia da Universidade Federal do Piauí. 2003.
- TERESINA, Prefeitura Municipal. Prefeito (1979-1982: Medeiros) **Plano de Desenvolvimento Local e Integrado de Teresina**, 1979;
- _____, _____. Plano Estrutural de Teresina (IIPET) **Lei número 1932 de 16 de agosto de 1988**. Diário Oficial do Município de Teresina, número 109 de 21/12/1988;
- _____, _____. **Legislação urbana de Teresina**. Teresina, 1993;
- _____, _____. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal do Trabalho e da Assistência Social. **Censo de Vilas e favelas de Teresina**. Teresina: PMT, 1996;
- _____, _____. SEMPLAN. **Plano de Governo(1997-2000)**, 1997a;
- _____, _____. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal do Trabalho e da Assistência Social. **Censo de Vilas e favelas de Teresina**. Teresina: PMT, 1999;

_____, _____. SEMPLAN. **Relatório de Avaliação do Projeto Vila-Bairro**. Documento I – Contexto geral de concepção do projeto Vila-Bairro / Demografia, Base Econômica e Áreas de Maior Pobreza Urbana do Município de Teresina, 2000;

_____, _____. SEMPLAN. **Síntese das ações 1997/2000**. Teresina 2001.